

EDUCAÇÃO DE SURDOS: A DISCIPLINA LIBRAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SEUS REFLEXOS NOS PROCESSOS EDUCATIVOS COM ALUNOS SURDOS

Lucas Romário da Silva

Universidade Federal da Paraíba
lukas_ro_mario@hotmail.com

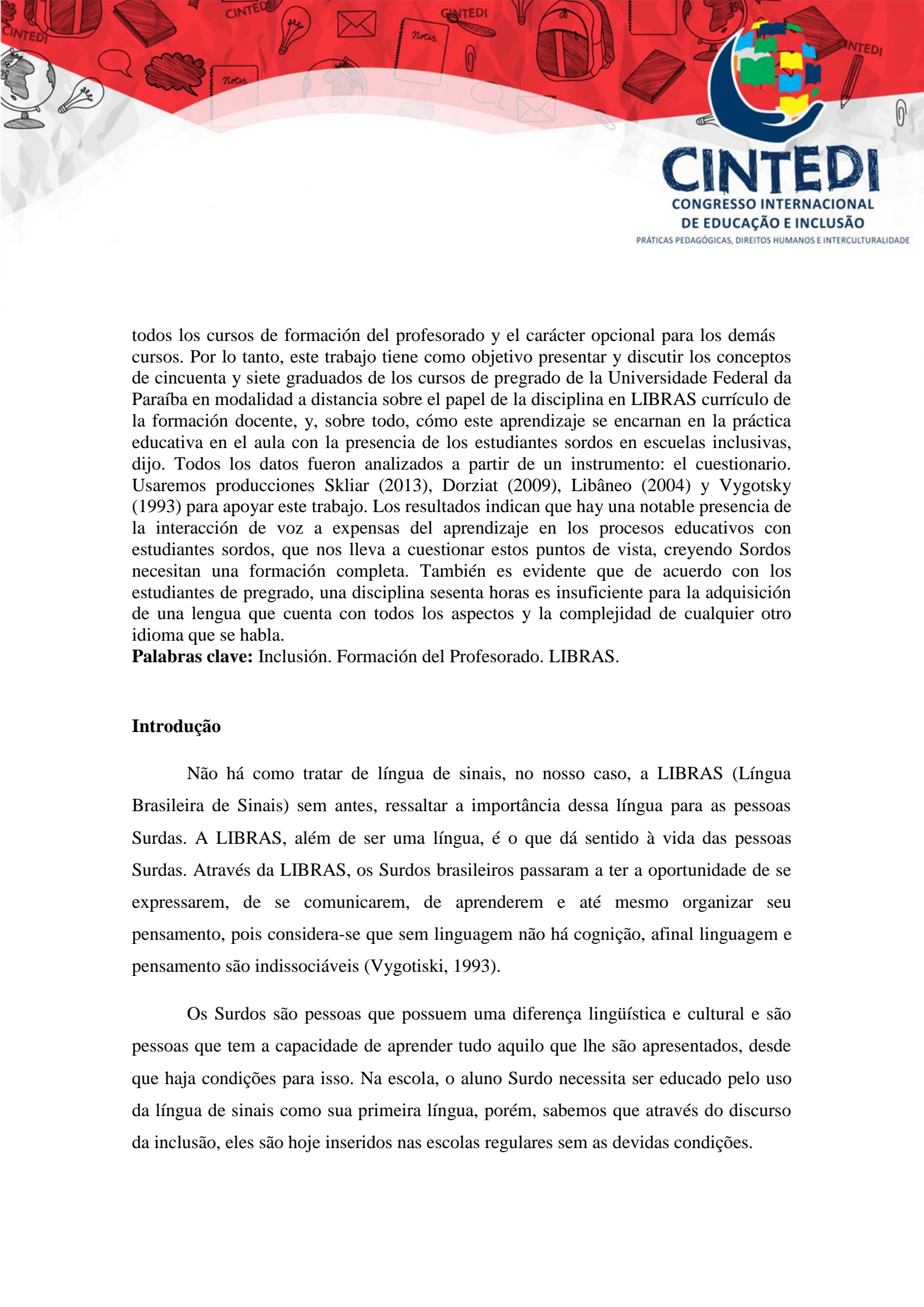
Resumo

No âmbito legal, algumas leis foram criadas no Brasil assegurando os direitos dos Surdos. Mas, cabe ressaltar a importância da Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002 para a comunidade surda, que reconhece oficialmente a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) em todo o país. O Decreto 5.626 de 22 dezembro de 2005 determina a obrigatoriedade da inclusão da disciplina LIBRAS, em todos os cursos de formação de professores e em caráter optativo para os demais cursos. Destarte, este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir as concepções de cinquenta e sete graduandos de um dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal da Paraíba na modalidade à distância sobre o papel da disciplina LIBRAS no currículo da formação de professores, e, sobretudo, de que forma essa aprendizagem se corporificará na prática educativa em sala de aula com a presença de alunos Surdos nas escolas ditas inclusivas. Todos os dados obtidos foram analisados a partir de um instrumento: o questionário. Utilizaremos as produções de Skliar (2013), Dorziat (2009), Libâneo (2004) e Vygotski (1993) para fundamentar este trabalho. Os resultados obtidos apontam que é notável a presença do discurso da interação em detrimento da aprendizagem nos processos educativos com alunos Surdos, o que leva-nos a questionar essas concepções, por acreditar que os Surdos necessitam de uma formação plena. Percebe-se também que segundo os graduandos, uma disciplina de sessenta horas é insuficiente para a aquisição de uma língua, que possui todos os aspectos e a complexidade de qualquer outra língua oral.

Palavras-chave: Inclusão. Formação de Professores. LIBRAS.

Resumen

En el contexto legal, algunas leyes se han creado en el Brasil para garantizar los derechos de las personas sordas. Pero vale la pena señalar la importancia de la Ley Federal 10.436, del 24 de abril de 2002 para la comunidad de sordos, que reconoce oficialmente LIBRAS (Lengua de Signos Brasileña) en todo el país. Decreto 5626 del 22 de diciembre 2005 hace que sea obligatoria la inclusión de libras de disciplina en



todos los cursos de formación del profesorado y el carácter opcional para los demás cursos. Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo presentar y discutir los conceptos de cincuenta y siete graduados de los cursos de pregrado de la Universidade Federal da Paraíba en modalidad a distancia sobre el papel de la disciplina en LIBRAS currículo de la formación docente, y, sobre todo, cómo este aprendizaje se encarnan en la práctica educativa en el aula con la presencia de los estudiantes sordos en escuelas inclusivas, dijo. Todos los datos fueron analizados a partir de un instrumento: el cuestionario. Usaremos producciones Skliar (2013), Dorziat (2009), Libâneo (2004) y Vygotsky (1993) para apoyar este trabajo. Los resultados indican que hay una notable presencia de la interacción de voz a expensas del aprendizaje en los procesos educativos con estudiantes sordos, que nos lleva a cuestionar estos puntos de vista, creyendo Sordos necesitan una formación completa. También es evidente que de acuerdo con los estudiantes de pregrado, una disciplina sesenta horas es insuficiente para la adquisición de una lengua que cuenta con todos los aspectos y la complejidad de cualquier otro idioma que se habla.

Palabras clave: Inclusión. Formación del Profesorado. LIBRAS.

Introdução

Não há como tratar de língua de sinais, no nosso caso, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem antes, ressaltar a importância dessa língua para as pessoas Surdas. A LIBRAS, além de ser uma língua, é o que dá sentido à vida das pessoas Surdas. Através da LIBRAS, os Surdos brasileiros passaram a ter a oportunidade de se expressarem, de se comunicarem, de aprenderem e até mesmo organizar seu pensamento, pois considera-se que sem linguagem não há cognição, afinal linguagem e pensamento são indissociáveis (Vygotski, 1993).

Os Surdos são pessoas que possuem uma diferença lingüística e cultural e são pessoas que tem a capacidade de aprender tudo aquilo que lhe são apresentados, desde que haja condições para isso. Na escola, o aluno Surdo necessita ser educado pelo uso da língua de sinais como sua primeira língua, porém, sabemos que através do discurso da inclusão, eles são hoje inseridos nas escolas regulares sem as devidas condições.

A presença do intérprete de LIBRAS é muito importante para os Surdos em sala de aula, entretanto, podemos perceber que o intérprete tem assumido em muitos casos, o papel do professor. Essa prática é um equívoco pedagógico e educacional, afinal, a função do professor de ensinar não pode ser transferida para profissionais não preparados para tal função e que não possuem essa obrigação junto às pessoas Surdas. Além disso, o aluno Surdo muitas vezes não tem contato e diálogo nenhum com o professor em sala de aula, pois o mesmo é colocado isoladamente no fundo da sala, com o intérprete.

Partindo do pressuposto, de que a LIBRAS é fundamental na relação comunicativa e de ensino-aprendizagem entre professores e alunos Surdos, nosso objetivo é compreender como os graduandos de um dos cursos da Universidade Federal da Paraíba na modalidade à distância, percebem o papel da disciplina Língua Brasileira de Sinais no currículo da formação de professores, e, sobretudo, de que forma essa aprendizagem se corporificará na prática educativa em sala de aula com a presença de alunos Surdos, segundo os informantes.

Metodologia

Realizamos uma pesquisa com cinquenta e sete alunos de um dos cursos de Licenciatura da UFPB (Virtual), espalhados pelos vários pólos do Estado da Paraíba (Alagoa Grande, Araruna, Cabaceiras, Conde, Coremas, Duas Estradas, Itaporanga, Lucena, Pombal e São Bento) no período correspondente ao primeiro período letivo de 2014.

Para delimitar a amostra da pesquisa optou-se em aplicar um questionário a respeito do qual Gil (1999, p.128) coloca que o mesmo pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões



apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Procuramos elaborar as perguntas do questionário de forma “aberta”, nos esforçando por proporcionar ao informante a possibilidade de responder de maneira livre, expressando-se de maneira própria. Para analisarmos os dados da pesquisa utilizaremos o método qualitativo que de acordo com Minayo (2001, p. 14) “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Resultados e discussões

A história da educação das pessoas Surdas no Brasil é marcada por processos educacionais excludentes, discriminatórios, assistencialistas, clínicos e terapêuticos. Os/as Surdos/as sempre foram alvos de rótulos criados por uma cultura dominante hegemônica, segregando de tal forma as pessoas com deficiências, que levou milhares delas a serem internadas em sanatórios, prisões e escolas especiais. Nesse sentido, percebemos que além das práticas, o discurso também era de segregação, como nos afirma Dorziat (2009, p. 61):

[...] além dos da localização espacial e de corpos, o discurso sobre eles também era claro. Os indivíduos eram nomeados e rotulados dentro de uma grande normativa inquestionável, produzida por verdades naturalizadas, que eram apoiadas em binômios, como normal/anormal, criando movimentos de disciplina, controle e regulação [...]

A educação dos/as Surdos/as vem se constituindo uma educação binária, pressupondo que a pedagogia para eles/as “se constrói, implícita ou explicitamente, a partir das oposições normalidade/anormalidade, saúde/patologia, ouvinte/surdo, maioria/minoria, oralidade/gestualidade, etc.”. (SKLIAR, 2013, p. 08). Nesse contexto



histórico, a cultura dominante, que por sua vez é a masculina, branca, heterossexual, ouvinte, ou seja, equivocadamente dita como superior, buscou por muito tempo delinear a educação dos/as Surdos/as pela perspectiva do ouvintismo (Idem, 1999), que, segundo esse autor, sugere uma forma particular de colonização dos/as ouvintes sobre os/as surdos/as.

Na atualidade, os/as Surdos/as já não podem mais ser incluídos/as no discurso da deficiência, pois através dos Estudos Culturais, o tema da surdez e dos/as Surdos/as foram discutidos e definidos na perspectiva dos Estudos Surdos nos seguintes termos: “a surdez constitui uma diferença politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência. (SKLIAR, 2013, p. 11). Portanto, reconhecemos com Skliar que a perspectiva dos Estudos Surdos se constituem como espaço que focalizam e problematizam as questões das culturas, das diferenças, das práticas discursivas e das lutas por saberes e poderes.

Conforme Silva (2011), a diferença não se dá no plano da naturalidade. Ela é produzida através do discurso. “Além disso, a diferença é sempre uma relação: não se pode ser “diferente” de forma absoluta; é-se diferente relativamente a alguma outra coisa, considerada precisamente como “não diferente” (Ibid, p. 87). As diferenças são socialmente construídas a partir da nossa relação com o outro e partem de um padrão social, que busca distinguir os diferentes modos de se viver e de ser.

Diferença refere-se, portanto, mais à distribuição desigual de pessoas na organização social, decorrente de aspectos que “centralmente” as distinguem, do que à ideia de grupos e indivíduos distintos partilhando aspectos comuns a uma única raça – a humana. Nessa perspectiva, a produção da diferença é um processo social, não algo natural ou inevitável. (MOREIRA, 2005, p. 128).

Assim como na sociedade em geral, na escola as múltiplas identidades são desconsideradas e apagadas. Partindo de padrões socioculturais da cultura dominante, a



escola tenta ofuscar as múltiplas identidades constituídas entre os/as alunos/as. Mas, essa pseudoverdade pautada na perspectiva essencialista de que existem identidades fixas, padronizadas não se sustenta mais. As identidades na pós-modernidade são fluidas, flutuantes e híbridas. De acordo com Stuart Hall:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (2006, p. 13)

Essas múltiplas identidades também se fazem presente entre os/as Surdos/as. Perlin (2013) denomina as identidades Surdas em: identidades surdas híbridas, identidades surdas de transição, identidades surdas incompletas, identidades surdas flutuantes e identidades surdas políticas. Além de todas essas identidades acima mencionadas, Lopes (2013) afirma que na escola e na sociedade de modo geral, existem identidades Surdas masculinas, femininas, brancas, negras, pobres, ricas, heterossexuais, homossexuais, etc. A esse respeito nos indagamos: a escola e seu currículo têm respeitado as diferentes identidades Surdas ou tem homogeneizado os/as alunos/as em detrimento da cultura hegemônica?

Isso é importante ser problematizado, considerando as políticas educacionais atuais que têm procurado implementar a proposta de inclusão de todos os/as alunos/as no sistema regular de ensino, entre eles/as os/as considerados/as deficientes. Pensando sobre isso, Lopes (2013, p.107) afirma “colocar homens na vitrina da escola é não questionar o papel que essa desempenha e, principalmente é uniformizar sujeitos para a redução de suas vidas em reproduzir a ‘realidade’ de outro”.

As pesquisas realizadas sobre a inclusão de alunos/as Surdos/as e revelam que a escola, pautadas na relação professor/a ouvinte-aluno/a Surdo/a ainda não está preparada para assumir de fato um de seus papéis, incluir os/as diferentes. Há uma longa

distância entre o dito e o feito. As práticas sociais divergem do discurso, seja ele, legislativo ou o produzido pela escola. Incluir não é apenas integrar os/as Surdos/as na escola, mas garantir que haja troca de experiências e, principalmente conhecimento.

No âmbito legal, diversas leis vêm sendo criadas no Brasil e internacionalmente assegurando os direitos das pessoas com deficiência. Mas cabe ressaltar a importância da criação da Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002 para a comunidade Surda, que reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais em todo o país. A Lei só é regulamentada com a publicação do Decreto 5.626 de 22 dezembro de 2005, tornando obrigatório o uso da língua de sinais não somente para os Surdos, mas também para os professores que trabalham com esses alunos além de determinar a presença de intérpretes de Libras nas escolas regulares.

Esse decreto trouxe algumas mudanças para as instituições formadoras de professores que tendo de cumprir o que essa lei determinava, foi incluindo essa língua como disciplina nos currículos dos cursos de educação superior. Ele determinou a inclusão de Libras como componente curricular obrigatório em todos os cursos de formação de professores, e nos cursos de Fonoaudiologia, entretanto para os demais cursos de educação superior e profissional, ela se configura em caráter optativo:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(...)

§ 2º A Libras constituir-se á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional (...) (BRASIL, 2005)

Em razão da inclusão dessa disciplina nos currículos da educação superior, nossa pesquisa se dá em torno da opinião de alunos graduandos, que já cursaram esse componente curricular, sobre a importância da mesma nos currículos desse nível

educacional, em especial, nos cursos de formação de professores e também de que forma a aprendizagem da mesma se corporificará nas práticas educativas em sala de aula com os alunos Surdos. Tivemos diversas respostas dos sujeitos pesquisados, mas destacamos aqui aquelas que nos confirma o discurso da interação em detrimento da aprendizagem, haja vista, que esta consideramos a maior função da escola: ensinar e ao aluno Surdo cabe o direito de aprender.

É de suma importância, pois assim nos ajuda a compreender melhor as necessidades dos alunos. Até mesmo transmitir conhecimentos e interagir com alunos especiais (Graduando/a B)

*É importante pelo seu reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais através da garantia legal da comunicação no processo de aprendizagem dos surdos, regularizando a inclusão da disciplina de Libras no currículo nos cursos de professores, promovendo comunicação e **interação** na formação escolar proporcionando inclusão social beneficiando os alunos por meio da educação inclusiva. (Graduando/a C)*

*Sim, pois a aprendizagem da Libras ajudará, positivamente, aos possíveis professores a adquirir conhecimentos valiosos para que possam se comunicar e **interagir** efetivamente com os alunos surdos. (Graduando/a D)*

As políticas de inclusão têm permitido que na prática, a educação de Surdos seja promovida no sentido de que esses sujeitos sejam inseridos ou integrados na escola regular, sem uma aprendizagem efetiva, significativa e de qualidade. A interação é fundamental no processo de comunicação e socialização, entretanto não podemos deixar que esse processo de interação seja exclusivo e superior ao processo de ensino-aprendizagem, pois a pessoa Surda tem o direito de aprender na escola, assim, como o direito é assegurado aos ouvintes. Libâneo (2004) afirma que o processo de aprendizagem na escola significa qualidade cognitiva e operativa das aprendizagens escolares. E a mediação do professor é fundamental para que isso aconteça.

(...) acredito que somente com a disciplina não me sinto capaz de educar alunos surdos, mas apenas saberei comunicar-se com eles, assim mesmo de forma limitada. (...) lembrando mais uma vez que apenas a disciplina em si o professor ficará muito limitado, portanto no meu ponto de vista para que se possa ensinar usando libras, a preparação do professor deve ser os 4 anos especificamente só libras. (Graduando/a F)

Apesar do avanço legislativo em obrigar a inclusão dessa disciplina nos cursos de graduação, a LIBRAS é uma língua e que possui toda complexidade que qualquer outra língua oral. Por isso, a importância do aprofundamento teórico-metodológico na aquisição dessa língua é imprescindível. Conforme os informantes da pesquisa, que cursaram a disciplina com uma carga horária de 60 horas, não há uma preparação efetiva, tampouco uma formação plena para o processo de ensino-aprendizagem com alunos Surdos. A Educação de Surdos precisa acontecer de forma qualitativa, garantindo que a sua aprendizagem seja efetiva e significativa, através da sua língua natural, a LIBRAS (L1), e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua (L2).

Considerações Finais

Não há como desconsiderar a importância da Língua Brasileira de Sinais frente ao discurso da inclusão proposto pelas atuais políticas públicas. Entretanto, apesar da obrigatoriedade do uso desta língua através da Lei 10.436, e que também assegura a presença do intérprete em sala de aula, não podemos deixar de destacar a o papel do professor regente em sala de aula, em ter o domínio da LIBRAS. Não podemos nos limitar no que concerne à educação de Surdos, ao discurso da interação, socialização e comunicação.

Os alunos Surdos precisam ser educados e a sua aprendizagem necessita ser garantida de tal forma que a qualidade e o respeito à sua diferença sejam os principais aspectos assegurados nos seus processos educativos. Por isso, além da concepção de escola bilíngüe, a qual consideramos a melhor alternativa filosófica, educacional, e metodológica para a Educação de Surdos (assunto para trabalhos posteriores), a

formação de professores para educar alunos Surdos nas escolas regulares, precisa ser sólida, progressiva, contínua e, sobretudo com qualidade.

Referências

BRASIL. *Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005, Seção 1, n. 246, p. 28-30.

DORZIAT, Ana. *O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e Inclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIBÂNEO, José C. A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã. In: COSTA, Marisa (org.). *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Antonio F. B. Currículo e Estudos Culturais: tensões e desafios em torno das identidades. In: SILVEIRA, Rosa M. H. (Org.). *Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação*. Canoas: Ed. ULBRA, 2005.

SILVA, Tomaz T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. – 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SKLIAR, Carlos. Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: _____. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

VYGOTSKI, L. S. *Pensamento y Lenguaje: las raíces genéticas del pensamiento y el lenguaje*. Obras escogidas II. Madrid: Centro de Publicaciones del MEC y Visor Distribuciones, p.91-118, 1993.